

TÍTULO DO TRABALHO: Um comunista italiano na *Marshall Library*: a propósito de Piero Sraffa

NOME DO(S) AUTOR(ES): Maria Mello de Malta

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL: Laboratório de Estudos Marxistas/Instituto de Economia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEMA/IE/UFRJ)

RESUMO (EM PORTUGUÊS E INGLÊS):

A proposta do artigo que apresentamos ao leitor é mergulhar na vida e na obra do italiano Piero Sraffa com o objetivo de compreender como um autor formado na tradição marshalliana, e sob forte influência de Keynes, construiu sua crítica a esta abordagem e abriu seu caminho para uma abordagem teórica alternativa da economia. Este entendimento depende do conhecimento do contexto histórico, político e pessoal do autor, especialmente no que se refere à mudança crucial em sua frente principal de pesquisa no final dos anos 1920. Tal mudança marcou definitivamente toda a sua obra e explica boa parte dos desdobramentos críticos de seu trabalho, em especial sua contribuição à leitura da história do pensamento econômico, foco principal deste nosso esforço, na medida em que se compreende que a história do pensamento econômico é a história da teoria econômica. Finalmente pretende-se com este estudo colocar a pergunta de porque todo o controverso e profundo trabalho de Sraffa parece estar sendo excluído do corpo dos principais debates da história do pensamento econômico.

The purpose of the present article is to analyze the life and work of Piero Sraffa with the goal of understanding how an author trained in the Marshallian tradition, and under strong influence of Keynes, built his critique of this approach and made his way to an alternative theoretical approach. This understanding depends on knowledge of the historical, political and personal life of the author, especially with regard to the crucial change in its main front of research in late 1920. This change marked all his work and explains much of the critical developments of his research, especially his contribution to the reading of the history of economic thought, the main focus of our effort, as it is understood that the history of economic thought is the history of economic theory. Finally it is intended with this study to raise the question of why all the controversy and deep work of Sraffa seems to be excluded from the main body of the debates in the history of economic thought

PALAVRAS-CHAVE (EM PORTUGUÊS E INGLÊS):

historia do pensamento econômico, Piero Sraffa, teoria econômica

history of economic thought, Piero Sraffa, economic theory

Categoria: História do Pensamento Econômico

CLASSIFICAÇÃO JEL: B51, B31, B24

## Introdução

A proposta do artigo<sup>2</sup> que apresentamos ao leitor é mergulhar na vida e na obra do italiano Piero Sraffa com o objetivo de compreender como um autor formado na tradição marshalliana e sob forte influência de Keynes construiu sua crítica a esta abordagem e abriu seu caminho para uma abordagem teórica alternativa da economia. Este entendimento depende do conhecimento do contexto histórico, político e pessoal do autor, especialmente no que se refere à mudança crucial em sua frente principal de pesquisa no final dos anos 1920. Tal mudança marcou definitivamente toda a sua obra e explica boa parte dos desdobramentos críticos de seu trabalho, em especial sua contribuição à leitura da história do pensamento econômico, foco principal deste nosso esforço, na medida em que se compreende que a história do pensamento econômico é a história da teoria econômica.

A obra escrita publicada de Sraffa é pequena, porém marcante: com um intervalo de trinta anos, publicou dois textos que reorientaram o debate entre economistas. Era sério e minucioso como comprova sua relação respeitosa e angustiada com o ensino<sup>3</sup>. Era avesso à participação pública em grandes seminários e conferências. Mesmo assim, foi considerado por seus contemporâneos em Cambridge como indispensável à vida acadêmica da instituição, pois sua prazerosa e dedicada participação em longos debates com pequenos grupos de conhecidos deixava marcas indeléveis em todos.

Hoje, no entanto, mais de 85 anos após sua primeira publicação sobre teoria econômica e 28 anos após a sua morte, todo o controverso e profundo trabalho de Sraffa parece estar sendo convenientemente excluído do corpo dos principais debates em economia. Teriam seus adversários respondido satisfatoriamente às suas críticas? Teria sua teoria sido provada equivocada ou improcedente? Surpreendentemente a resposta para ambas as perguntas é um sonoro não. Então o que teria acontecido?

O próprio Sraffa, com sua visão política e seu conhecimento de história da teoria, poderia indicar o caminho para se chegar a uma resposta satisfatória a esta questão, pois, de acordo com Bharadwaj, ele tinha consciência de que “as explicações para as mudanças nas teorias vigentes, particularmente em economia, poderiam não se basear na força lógica/analítica da própria teoria, mas também nas variações das condições sócio-históricas que levam à alimentação de certas visões com respeito ao funcionamento da sociedade” (Bharadwaj, 1989, p.303).

O fato é que o debate econômico vem se empobrecendo cada vez mais, chegando ao seu limite nestes últimos quinze ou vinte anos em que o aparente consenso em torno das idéias que configuram o *mainstream* mal esconde a situação em que se encontra o pensamento criador em economia, vitimado pelo duplo movimento de sua letargia interna e de sufocamento pelo pensamento dominante.

<sup>1</sup> Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA).

<sup>2</sup> A autora agradece infinitamente a generosidade da contribuição de Aloísio Teixeira a este trabalho. Agradece também a Fábio Freitas, Carlos Nelson Coutinho e Cristina Reis a atenção, as indicações bibliográficas e a obtenção de material raro para a pesquisa. Finalmente deve agradecimentos a Claudio Salm pelos utilíssimos comentários, sem responsabilizá-los em nenhuma medida por qualquer erro ou omissão que tenha permanecido no texto.

<sup>3</sup> Só gostava de dar aulas sobre temas que controlasse completamente, por isso adiou seu curso sobre teoria do valor e não se sentia confortável nele enquanto não chegava ao resultado do problema que encontrara durante seu primeiro ano de preparação. Este processo lhe custou tanto tempo que, após ministrá-lo por quatro anos, desistiu da tarefa. Este curso foi aquele para o qual Keynes o convidou em 1927, de fato só iniciou as aulas em 1928 e em 1931 ministrou-o pela última vez. As questões que encontrou no processo de preparação de suas aulas em 1927 só foram solucionadas de maneira satisfatória para Sraffa em 1960.

É, portanto, neste contexto atual – em que o estado e o estudo teórico de economia, em todo mundo, sofre as mazelas de um consenso quase monocórdio – que se torna necessário e sadio recolocar uma série de questões ainda não respondidas contidas na obra de Piero Sraffa, recuperando sua contribuição teórica irônica e crítica.

### Um voo sobre a vida de Sraffa

Para o jovem leitor, estudante de economia, e, certamente, também para o grande público, o nome de Sraffa pode parecer pouco conhecido. No entanto, ao seu tempo, foi celebrado por todos que o conheceram e influenciou fortemente o pensamento econômico do Século XX.

Trata-se, sem dúvida, de um personagem singular. Amigo de Antonio Gramsci (fundador do Partido Comunista Italiano), crítico do fascismo e simpatizante das idéias socialistas, Sraffa viveu a maior parte de sua vida adulta na Inglaterra, onde suas relações com John Maynard Keynes, Ludwig Wittgenstein e com o rico ambiente cultural e político da universidade de Cambridge marcaram época.

Nasceu em Turim, na Itália, em 1898, tendo sido filho único, algo bastante incomum em famílias italianas naquela época. Seu pai, Angelo Sraffa, era professor de direito, um eminente jurista, estudioso de direito comercial. Sua mãe, segundo Luigi Pasinetti, “vinha de uma família particularmente matriarcal e teve forte influência na educação de seu filho” (Pasinetti, 1985, p.333)<sup>4</sup>, tendo lhe ensinado francês e nutrido uma relação tão próxima que, posteriormente, nem os quilômetros de separação entre Cambridge e o norte italiano puderam os distanciar.

Um convite ao seu pai para a cátedra de direito comercial na recém criada *Università Commerciale de Luigi Bocconi* em Milão – uma universidade privada criada pelo senador Ferdinando Bocconi em homenagem ao seu filho morto em 1896 durante a ocupação italiana na Etiópia – levou à transferência dos Sraffa. Em 1903 a família estabeleceu-se naquela cidade onde permaneceu até 1913, ano em que Angelo fora indicado para a cátedra de direito comercial na Universidade de Turim. O retorno foi breve, pois em 1917 foi para Milão assumir o cargo de reitor da Universidade de Bocconi, cargo que o regime fascista o impediu de manter após 1926.

Em virtude das mudanças de sua família Piero Sraffa cumpriu a maior parte de seus estudos primários e secundários em Milão, na escola Giuseppe Parini. Porém cursou o último ano do secundário na escola Massimo D’Anzeglio, já em Turim, onde também frequentou a faculdade de direito na Universidade de Turim, seguindo o conselho de seu pai. Em sua cidade natal foi influenciado pela agitação socialista que tomara conta da cidade após o início da I Guerra Mundial. No retorno do campo de batalha, envolveu-se com um grupo de estudantes socialistas na universidade dando vazão ao seu interesse de estudar e participar das atividades e do pensamento deste campo político<sup>5</sup>.

Turim, como se sabe, é a capital do Piemonte, região situada ao norte da Itália, tendo sido capital da Itália, entre 1861 e 1864, e o mais importante centro do Risorgimento<sup>6</sup> no Século XIX. Foi também a principal área industrial do país desde o final daquele século, tendo sido palco das lutas operárias e sindicais e berço do Partido Comunista Italiano (fundado em 1921). Foi neste cadinho onde fermentavam as idéias socialistas que Sraffa conheceu Antonio Gramsci (1891-1937), dele se tornando amigo. Sob a influência de Gramsci, colaborou no *L’Ordine Nuovo*, inicialmente uma revista semanal do Partido Socialista Italiano fundada, em 1919, pelo próprio Gramsci, junto

<sup>4</sup> Todas as traduções de textos utilizados em língua estrangeira foram feitas livremente pela autora.

<sup>5</sup> Potier conta na biografia de Sraffa que após terminar suas obrigações militares na Primeira Guerra Mundial Sraffa retornou a Turim para finalizar seus estudos de direito e que “ele desejada se fazer útil ao movimento revolucionário, que era muito ativo na capital do Piemonte” (Potier, 1986, p.5).

<sup>6</sup> Movimento de unificação italiana que durou de 1815 a 1870, quando finalmente se concluiu com a anexação de Roma.

com Umberto Terracini, Palmiro Togliatti e Angelo Tasca, para sustentar o movimento de ocupação de fábricas.

A associação de Sraffa com Gramsci, sua participação, mesmo que muitas vezes discreta, em *L'Ordine Nuovo*<sup>7</sup> e a publicação de um artigo seu no *Manchester Guardian Weekly Supplement* sobre a crise bancária na Itália<sup>8</sup> chamaram a atenção de Mussolini, que subira ao poder em 1922. Estes foram os mesmos motivos que acabaram por incompatibilizá-lo com o regime fascista e forçaram-no a emigrar, abandonando suas atividades docentes nas universidades de Perugia e Cagliari. Em 1927, mudou-se para Cambridge, a convite de Keynes, que conhecera em uma viagem de estudos a Inglaterra em 1921.

Em Cambridge viveu, pesquisou, ensinou, escreveu e trabalhou até sua morte em 1983. Por ocasião de seu falecimento, Krishna Bharadwaj escreveu um excelente artigo sobre sua vida e sua obra, afirmando que “seus escritos (...) haviam tido considerável influência nos desenvolvimentos teóricos em economia e tinham levantado controvérsias e debates, tanto no *mainstream* neoclássico, como nas teorias marxistas, que prometiam persistir por longo tempo” (Bharadwaj, 1989 p.298).

### O tempo e os encontros de Piero Sraffa

Do ponto de vista de um trabalho de história do pensamento econômico (HPE), que se afirme no espaço da tradição sraffiana, considera-se fundamental realizar uma incursão na história na qual esteve imerso o autor italiano para buscar o emaranhado das raízes de sua formulação teórica original. A história do pensamento econômico afirma-se como teoria enquanto acompanha o desenvolvimento do pensamento articulado com a história material. Neste sentido, não é nenhuma novidade recorrer às influências críticas das formulações da economia política, da filosofia e do debate político nos quais cada autor se inseriu em seu tempo histórico para resgatar a origem de seu pensamento e ação.

Partindo da percepção de que a economia nasce da barriga da filosofia moral com a pergunta poética e política de quais são as origens e as causas da riqueza das nações, propor-se-á realizar o movimento de identificação das bases do pensamento de Sraffa do ponto de vista da economia política, da filosofia e da política. Cada uma destas origens representaria uma parte do processo de compreensão do pensamento de Sraffa, que se apresentaria enquanto algo passível entendimento ao cientista social apenas após as sua reconstrução totalizadora.

Além disso, como já disse Bharadwaj, “o trabalho de Sraffa como acadêmico é tão integrado com suas idéias e convicções políticas e filosóficas, tanto quanto com suas idiossincrasias culturais e de personalidade, que é impossível separar seu trabalho da história de seu tempo, do ambiente social e cultural dos quais foi parte ativa e das suas qualidades como indivíduo” (Bharadwaj, 1989, p.298).

Sraffa foi um autor meticuloso em seu trabalho acadêmico. Publicou pouco, apesar de ter escrito muito, como comprovam seus manuscritos não publicados mantidos na biblioteca do *Trinity College* em Cambridge. Era muito relutante em publicar e sua hesitação em levar a público seus textos quase se tornou legendária. Sua maior obra, *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*, um volume pouco extenso, levou quase quatro décadas sendo preparado. De um modo geral, Sraffa preferia colocar suas opiniões teóricas, mesmo respostas a críticas feitas em artigos publicados por outros colegas, através de cartas pessoais ou conversas, as quais lhe traziam prazer especial, por mais controversas que pudessem vir a ser. Por isso, o recente, porém progressivo, acesso aos seus manuscritos e a publicação de uma série de estudos sobre os mesmos enriqueceu, sensivelmente, nos últimos quinze anos, o material bibliográfico sobre o qual podem

<sup>7</sup> Naldi nos reconta que “em 1921, Piero Sraffa chegou a Londres com um cartão de imprensa do *L'Ordine Nuovo*” (Naldi 2000, p.82).

<sup>8</sup> O referido artigo é *L'attuale situazione delle banche italiane* (1922b).

ser desenvolvidas pesquisas sobre a obra deste autor<sup>9</sup>.

Baseando-nos neste novo material vale recuperar algumas importantes relações do economista italiano com seus contemporâneos. Podemos dizer que as relações mais marcantes para o propósito deste artigo podem ser traçadas em seus contatos com Antonio Gramsci, John Maynard Keynes e Ludwig Wittgenstein.

No caso de Wittgenstein a influência de Sraffa sobre o filósofo parece ter sido maior do que o inverso, apesar de existirem trabalhos<sup>10</sup> procurando traçar uma relação mais equânime de influência entre os dois. Quando Wittgenstein retornou a Cambridge em 1929, Sraffa já estava estabelecido ali por dois anos e já havia ganhado sua fama de um dos intelectuais mais ágeis do local. Wittgenstein, por sua vez, era tido como um verdadeiro gênio, a ponto de Keynes tê-lo referido em carta a sua esposa dizendo “Bem, Deus chegou. Eu o encontrei no trem das 5:15” (apud, Sen, 2003, p.1241). A relação estabelecida pelos dois deu origem a uma série de encontros que o filósofo reputava como tão importantes em seu desenvolvimento que agradece textualmente a Sraffa em seu livro *Philosophical Investigations* por ter contribuído fundamentalmente para a sua mudança de perspectiva filosófica.

Segundo o artigo de Sen, em seu *Tractatus logico-philosófico*, Wittgenstein utilizava uma abordagem as vezes chamada de “a teoria fotográfica do significado” que concebe a frase como representando o estado das coisas como um seu retrato, espelhando a estrutura do estado de coisas em uma fotografia. De forma certamente ultrasimplificada podemos dizer que a proposta daquele filósofo era que uma proposição e o que ela descreve deveriam possuir a mesma forma lógica. Sraffa questionava esta concepção como sendo completamente equivocada. Afirmava que convenções sociais poderiam contribuir para o significado de nossas formas verbais e de nossos gestos<sup>11</sup> e, neste sentido, o que Wittgenstein veio a chamar de “jogo linguístico” ilustraria como as pessoas aprendem o uso da língua e o significado das palavras e gestos por meio das regras e convenções que embebem seu ambiente. O filósofo reconhecia a contribuição de Sraffa como o tendo feito pensar de forma antropológica e usou a forte expressão “fazia-me sentir como uma árvore cujos galhos tinham sido todos cortados” para descrever o impacto de suas conversas<sup>12</sup>.

Sraffa, por outro lado, jamais se arriscou a escrever sobre filosofia. Porém tanto a sua influência sobre Wittgenstein como suas trocas de carta com Gramsci expressavam de forma razoavelmente clara sua filiação filosófica. Em larga medida aquilo que Wittgenstein achou tão inovativo e refrescante para suas idéias nada mais era do que a forma de pensar e a visão de mundo presente no círculo intelectual italiano ao qual Gramsci e Sraffa pertenceram no início do século XX.

A história que liga Sraffa e Gramsci merece um tratamento amplo e sua dimensão política e pessoal é muito mais relevante do que seu possível traço de comunhão filosófica. Quando retornara de suas obrigações militares em 1918, Sraffa havia atuado na frente de batalha da Primeira Guerra

<sup>9</sup> Ente os trabalhos mais recentes valem destaque especial os trabalhos de Massimo Pivetti (2000), Heinz Kurz (2000), Nério Naldi (2000), Terenzio Cozzi e Roberto Marchionatti (2001), Neri Salvatori (2005) e Pierangelo Garegnani (2005).

<sup>10</sup> Ver Andrews (1996), Sen (2003) e Sinha (2009).

<sup>11</sup> Além de Sraffa, o matemático Frank Ramsey também parece ter tido muita importância na transformação do jovem Wittgenstein para o velho Wittgenstein, sobre o tema ver o livro de Brian McGuinness de 1982, *Wittgenstein and his times*.

<sup>12</sup> Sraffa perdeu a paciência com Wittgenstein e cancelou os seus encontros semanais em 1946. Sraffa considerava que tudo que havia dito ao filósofo era “rather obvious” e se irritava com a inocência política dele. Em 1938 foi o economista italiano que teve que dissuadir o filósofo de origem judaica de viajar a Viena ocupada por Hitler. Sraffa sempre foi muito reservado sobre o conteúdo de seus encontros com Wittgenstein e mais ainda sobre a desavença entre os dois. Na biografia de Wittgenstein escrita por Ray Monk consta apenas, sobre o tema do rompimento que o italiano tivesse dito que não tinha mais condições de ceder seu tempo e atenção para os temas que o filósofo desejava discutir. Diante da insistência de Wittgenstein para manutenção dos encontros, dizendo que “aceitaria conversar sobre qualquer assunto” que o economista desejasse, Sraffa teria respondido: “sim, mas do *seu* jeito.”

Mundial<sup>13</sup>, e queria ser útil para o movimento revolucionário. Seu professor de escola secundária Umberto Cosmo ajudou-o a direcionar este sentimento apresentando-o a Antonio Gramsci – naquele tempo, seu estudante na Universidade de Turim – muito provavelmente em 1919. A relação dos dois tornou-se uma amizade confidente, que pode ser observada na troca de cartas escritas no cárcere, ao qual Gramsci seria submetido a partir de 1927, e sempre respondidas por Sraffa com toda dedicação<sup>14</sup>.

Enquanto ambos ainda gozavam de liberdade e estavam em solo italiano Sraffa e Gramsci trocaram um par de cartas em que discutiam a política a ser seguida pelo partido – agora já autorizado em Moscou a se apresentar como Partido Comunista – diante do regime fascista. Era 1924 e Sraffa escrevia a Gramsci: “Parece-me que nosso desacordo seja de ordem cronológica: aceito uma grande parte daquilo que me escreve, mas como solução de problemas que se apresentarão *depois* da queda do fascismo; é utilíssimo estudá-los e nos preparar para enfrentá-los; mas os problemas de *hoje* são bastante diferentes” (Sraffa e Gramsci, 1924, p.4). Sraffa continua a carta reafirmando sua posição de que a classe operária era ausente da vida política italiana, o que tornava inócua qualquer ação do Partido Comunista naquele momento. Argumenta que os operários estavam mais preocupados em estar empregados, receber seus salários, sustentar sua casa e família e que por isso mais concorriam entre si que se identificavam como um grupo para a luta. Do seu ponto de vista, teria ainda que ocorrer uma “revolução burguesa” na Itália para permitir o desenvolvimento de uma política operária e que, para ele, diante do fascismo “como durante a guerra, não há nada o que fazer a não ser esperar que passe” (Sraffa e Gramsci, 1924, p.4). Gramsci responde a esta carta de forma muito direta: “Estão contidos nesta carta todos os elementos necessários e suficientes para liquidar uma organização revolucionária como é e deve ser o nosso Partido” (...) “O amigo S. ainda não conseguiu destruir em si todas as reminiscências ideológicas de sua formação intelectual democrático-liberal, que fora normativa e kantiana, e não marxista e dialética”(Sraffa e Gramsci, 1924, p.4)<sup>15</sup>.

Gramsci se referia aí a formação intelectual de Sraffa sob a égide de Luigi Einaudi<sup>16</sup>, professor especialista em ciências das finanças e político liberal, que acabou por orientar sua tese de doutorado (cujo título era *A inflação monetária na Itália durante e depois da guerra*). Foi este seu interesse pelos problemas monetários e financeiros que o despertou para a economia política inglesa e o levou à viagem de estudos à Inglaterra onde conheceu Keynes por intermédio de um amigo de seu pai, o Professor Gaetano Salvemini. Deste encontro resultou a relação que intelectualmente se iniciou pelo interesse mútuo pelas questões-tema da tese de Sraffa.

Em 1922, Keynes convidou o estudante italiano a escrever dois artigos para o *Manchester Guardian*, o primeiro sobre os problemas bancários italianos desde o final da guerra – posteriormente publicado no *Economic Journal* no mesmo ano – e o segundo sobre as consequências do colapso do *Banca di Sconto* sobre o sistema bancário na Itália naquele ano. Este segundo, já escrito por Sraffa em território italiano, tornou-se o famoso artigo, também lido por Mussolini, que motivou os telegramas enviados para o Angelo Sraffa, então reitor de Bocconi. Nos telegramas Mussolini acusava Piero de sabotagem ao sistema financeiro italiano, afirmava que o fato de ser socialista não lhe dava o direito de espalhar desconfiança nas instituições financeiras italianas, exigia retratação e garantia que se reservava o direito de buscar que prestasse contas, por quaisquer meios possíveis, do ato “desprezível” que cometera.

Sraffa foi intimado a prestar esclarecimentos, porém não se conseguiu constituir processo

<sup>13</sup> Potier, seu mais referido biógrafo, conta que Sraffa “encontrou-se em situações de ter que explodir pontes para conter o avanço das tropas austríacas” (Potier, 1987, p.5).

<sup>14</sup> Além de toda a vasta obra sobre os cadernos do Cárcere, em especial, no Brasil, os trabalhos irretocáveis de Carlos Nelson Coutinho, há um excelente artigo de Nério Naldi (2000) que revela elementos fundamentais da relação entre Gramsci e Sraffa antes do período em que Gramsci esteve encarcerado.

<sup>15</sup> Gramsci considerou o debate tão importante que o publicou no *L'Ordine Nuovo* em abril de 1924.

<sup>16</sup> Luigi Einaudi foi um importante antifascista de corte liberal e acabou por ser o segundo Presidente da República Italiana em 1948. Na condição de ex-presidente da República, tornou-se senador vitalício.

contra ele. A despeito de sua situação complicada sob o fascismo teve uma experiência de trabalho importante de Diretor do *Ufficio Provinciale del Lavoro* de Milão, enquanto administração da província era comandada pelo governo socialista. Apenas em novembro daquele ano de 1923 ingressou para a vida acadêmica universitária, onde até 1926 pôde exercer sua veia crítica. Neste tempo aprofundou sua relação com Keynes.

Talvez sentindo-se um pouco responsável pela situação de Sraffa, o já eminente economista inglês convidou-o para retornar a Cambridge, porém as restrições que o governo fascista criara para Sraffa entrar na Inglaterra, por sua ligação com o comunismo, só puderam ser superadas depois de 1924, quando Keynes, finalmente, conseguiu retirar o nome de Sraffa da lista de estrangeiros indesejáveis da imigração. Neste tempo, porém, o economista inglês convidou-o a escrever e traduzir textos. Entre tais trabalhos destaca-se o artigo *Sobre as relações entre custo e quantidade produzida*, escrito em 1925, criticando as leis de rendimento conforme apresentadas na teoria Marshalliana. Este artigo ganhou uma versão em inglês, elaborada pelo próprio Sraffa, e incorporando algumas modificações em relação ao anterior, também publicado no *Economic Journal*, por indicação de Keynes em 1926.

O economista inglês teve um papel fundamental em estimular Sraffa a publicar. Responsabilizou-o, também, pela versão italiana do *Tract on Monetary Reform* e finalmente, quando a situação de Sraffa, sob as restrições a ele impostas pelo regime fascista, já era insuportável, convidou-o para ministrar um curso de teoria do valor em Cambridge, em 1927, a partir do qual nunca mais deixou de morar naquela cidade.

Do ponto de vista da economia política, o economista contemporâneo que mais influenciou o pensamento de Sraffa foi Keynes. No entanto, sua relação permanente com o comunismo e com o pensamento marxista, especialmente pela sua amizade com Antonio Gramsci, sua participação em *L'Ordine Nuovo* e seu trabalho conjunto com Maurice Dobb, um dos fundadores do Partido Comunista Britânico, lhe deu um sabor teórico muito diferente daquele encontrado nos estudantes cambridgeanos de Keynes.

## Os primeiros estudos na Inglaterra e sua pesquisa sobre os trabalhadores

Já contamos que em 1921 Piero Sraffa foi realizar alguns estudos em Londres, motivado por conhecer a economia política inglesa. A economia política inglesa da época era fundamentalmente Marshalliana, no entanto outra missão o levava àquelas bandas. Não foi à toa que Sraffa entrou na Inglaterra com sua credencial de imprensa do *L'Ordine Nuovo*. Gramsci havia lhe solicitado que entrasse em contato com o *Labour Research Department* para conhecer a estrutura da instituição e pensar o projeto de criar um centro de pesquisa econômica para o Partido Comunista Italiano (PCI), bem como um boletim sobre problemas econômicos e do trabalho. O *Labour Research Department* foi um importante espaço de pesquisa, fundado em 1913 como *Fabian Research Department*, no qual os problemas do trabalho e da indústria eram objeto central dos estudos.

Durante sua estadia em Londres Sraffa trabalhou no *Labour Research Department* junto com marxistas britânicos, como Harry Pollit e Rajani Palme Dutt. Naldi nos conta que este contato continuou durante os anos 1930 e 1940, e afirma isso baseado em algumas cartas preservadas nos arquivos de Sraffa e no *Labour History Museum* (Naldi, 2000, p.97, nota 12).

Esta inserção de Sraffa é muito importante para se compreender três artigos que escreveu, para o *L'Ordine Nuovo* no ano de 1921 em que examina a ação da burguesia capitalista contra a classe operária, utilizando como referência as experiências inglesa e americana. O primeiro, *Open Shop Drive*, publicado em 5 de julho, relata os métodos utilizados nos EUA pelo patronato para combater as organizações operárias. Nele Sraffa explicava o sistema, cujo nome dava o título ao artigo, estabelecido a partir de 1901 pelos industriais para eliminar a presença sindical nas fábricas e não ficarem subordinados às formas de contratação coletiva. O radicalismo crítico apresentado

pelo autor pode ser medido na frase “na terra que se costuma considerar como terra da liberdade, até mesmo as mais elementares liberdades são negadas a quem trabalha” (Sraffa, 1921a, p.3).

Antes do final daquele mês é publicado *Industriali e governo inglese contro i lavoratori*<sup>17</sup>. Neste texto a pena crítica de Sraffa aponta para a violação política inglesa contra as conquistas dos trabalhadores que, em tempos de guerra, tinham sido consideradas razoáveis e até essenciais e passaram a ser criticadas pelo governo como abusivas. Identifica na supressão do *Agricultural Wage Board*, que estabelecia o salário mínimo dos agricultores, uma política típica de associação do governo com os patrões em detrimento da classe trabalhadora. Um trecho do artigo citado em Auletta (2010) demonstra a total falta de ilusão que Sraffa carregava quanto a um possível papel mediador do Estado na luta de classes e o limite que a classe trabalhadora, naquela ordem, tinha em relação a dimensão de seu problema: “Incapaz de identificar a fraude sistematicamente perpetrada em seu prejuízo, ainda não conseguiu livrar-se das ilusões sobre a conciliação entre capital e trabalho e sobre a imparcialidade do Governo: a reação industrial, na sua cegueira, contribuiu eficazmente para o esclarecimento da consciência do proletariado” (Sraffa, 1921b, apud Auletta, 2010, p.138).

No início de agosto sai o terceiro artigo I “*Labour Leaders*”<sup>18</sup>, tratando da posição dos líderes dos movimentos dos trabalhadores na Inglaterra, em especial, os líderes dos sindicatos. Sraffa expõe claramente uma concepção das noções de classe e fração de classe típicas do pensamento marxista e que ficaria mais clara no trabalho de Gramsci nos próximos anos.

“(...) são pequeno-burgueses estreitamente associados ao sistema capitalista. Na hierarquia social, só são inferiores à grande burguesia e esperam um dia poder superá-la. Para alcançar seu objetivo, especulam com a força do proletariado e tentam chantagear a grande burguesia fazendo-a entrever o espectro da revolução: mas assim que o espectro ameaça tomar corpo, ficam aterrorizados com isso e se unem à burguesia para combatê-lo” (Sraffa, 1921c, apud Auletta, 2010, p.140)

Esta característica destacada por Sraffa, baseia-se em sua análise da ação de traição destes líderes às decisões da base sobre questões fundamentais nas mesas de negociação de greves com os grandes empresários.

No retorno à Itália, Sraffa de fato esboça o projeto de criação do centro de estudos, incluindo ainda sua experiência como diretor do *Ufficio Provinciale del Lavoro* de Milão. Em 1923 troca algumas correspondências com Gramsci sobre o tema, no entanto o plano não se efetiva.

## Os anos “acadêmicos” na Itália

Dos anos que se seguiram a experiência no governo socialista em Milão até a sua ida definitiva para Cambridge, Sraffa se dedicou à carreira acadêmica. Inicialmente assumiu aulas em Perugia, na Faculdade de Direito, onde ensinava economia política e finanças públicas. Em 1926 concorre para uma vaga na Universidade de Cagliari, sendo bem sucedido.

Também a partir do segundo semestre de 1924 ocorrem dois fatos importantes, Gramsci é eleito para o parlamento italiano, voltando a morar no país, e Keynes consegue retirar o nome de Sraffa da lista de estrangeiros indesejados da imigração inglesa. Ambos os eventos abrem espaço para movimentos intelectualmente importantes para Sraffa. De um lado, retoma o contato frequente com Gramsci, com quem discute sempre sobre a política da época e economia política, em especial sobre a experiência da URSS. De outro, restabelece o contato com Keynes que o estimulava a

<sup>17</sup> Industriais e o governo inglês contra os trabalhadores (Sraffa, 1921b)

<sup>18</sup> Os “líderes dos trabalhadores” (Sraffa, 1921c)



escrever trabalhos acadêmicos e a pesquisar na área de bancos e finanças.

Naldi (2000) levanta a hipótese de que nos encontros com Gramsci, deste período, Sraffa discutiu temas relacionados à teoria da firma e foi progressivamente estimulado a aprofundar seus estudos teóricos em economia política. Sua hipótese se sustenta em três elementos. O primeiro, e principal, é o fato de ambos estarem preocupados com as questões dos trabalhadores industriais já há muitos anos, o que se reflete em seus textos publicados, vários já mencionados anteriormente. Por outro lado, nesta época Sraffa centrou seus estudos em uma construção crítica à teoria da firma e acabou publicando dois artigos sobre o tema. Finalmente, Naldi se refere a declarações de dois economistas contemporâneos de Sraffa em Cambridge, que privaram de sua convivência pessoal e profissional: Nicholas Kaldor e Krishna Bharadwaj. No obituário de Sraffa publicado por Kaldor em 1984 no *Cambridge Journal of Economics* há a afirmação de que “Fora parcialmente devido a influência de Gramsci que ocorreu o afastamento da sua concentração inicial no tema de moeda e bancos e um progressivo interesse nos temas levantados pela teoria clássica do valor na versão desenvolvida por Ricardo, e em descobrir novos métodos, para superar os problemas que o próprio Ricardo deixara irresolutos” (Kaldor, 1984, p.). No texto de Krishna, também escrito a propósito da morte de Sraffa em 1984, “acredita-se ter sido por sugestão de Gramsci que Sraffa mudou seu interesse duradouro de sua preocupação inicial com assuntos monetários para a economia política (particularmente para Ricardo)” (Bharadwaj, 1989, p. 300).

Foi neste tempo que Sraffa escreveu dois artigos baseados em um importante estudo crítico seu sobre a teoria marshalliana. Podemos afirmar que sua primeira grande intervenção no debate teórico de economia foi com o artigo *Sobre a Relação entre Custos e Quantidade Produzida*. Como já mencionamos, este artigo foi publicado, ainda na Itália, em 1925, e as teses ali contidas provocaram grandes discussões no meio acadêmico italiano. Do próprio título, já se pode depreender que o objeto principal na mira do autor era a curva de oferta da teoria marginalista, construída com base na coordenação das leis dos rendimentos crescentes, decrescentes e constantes em uma única lei dos rendimentos não proporcionais. Sraffa argumentava ali que a concepção daquela curva é inspirada em uma suposta simetria entre forças de oferta e demanda. Esta suposição dependeria de uma hipótese de que as causas essenciais da determinação de preços de cada mercadoria poderiam ser simplificadas e agrupadas o suficiente para serem representadas por um par de curvas que se interceptam e identificam os movimentos da oferta e da demanda coletivas (a “tesoura marshalliana”).

Tolipan e Guimarães (1982) explicam que a primeira parte da crítica formulada por Sraffa remonta à uma análise de história do pensamento econômico<sup>19</sup> que identifica a natureza híbrida do fundamento teórico do princípio de que o preço de equilíbrio de cada mercadoria é definido pela tal interseção entre as curvas de oferta e demanda em cada mercado. De fato Sraffa destaca que a lei de rendimentos não proporcionais se constrói a partir de uma fusão entre a lei de rendimentos decrescentes, desenvolvida no âmbito da teoria da renda clássica, em especial na ricardiana, com a lei de rendimentos crescentes, esta mais centrada na obra de Smith, originalmente encarada como um aspecto importante na divisão do trabalho, cujo efeito principal era um aumento na escala de produção. Tal fusão faria também um deslocamento da lei dos rendimentos decrescentes e da lei dos rendimentos crescentes de seus contextos originais, respectivamente, distribuição e produção, transferido-as para o espaço da determinação do valor de troca, lá fundio-as “na 'lei de rendimentos não proporcionais' e derivando delas uma lei da oferta num mercado, de tal maneira que pudesse ser coordenada com a correspondente lei de demanda; e na simetria destas duas forças opostas baseou-

<sup>19</sup> Sraffa afirma ironicamente, em seu artigo de 1926, que “De vez em quando acontece de alguém não mais resistir à pressão das dúvidas, expressando-as abertamente. Então, a fim de evitar que o escândalo se propague, ele é prontamente silenciado, frequentemente com algumas concessões e aceitação parcial de suas objeções as quais estavam naturalmente implícitas na teoria. Assim sendo, com o passar do tempo as qualificações, restrições e exceções foram-se acumulando, acabando por engolir, se não toda, certamente a maior parte da teoria” (Sraffa, 1926 [1982], p.15).

se a moderna teoria do valor” (Sraffa, [1926] 1982, p.16).

A segunda parte da crítica é mais forte por questionar a consistência de cada uma das referidas leis com o resto da análise marshalliana. A argumentação de Sraffa se preocupa em colocar a teoria que critica sobre seus próprios pés, de maneira clara e revelar a inconsistência lógico-analítica de seus resultados. Talvez seja esta postura de construção da crítica de Sraffa em relação a economia política dominante em sua época que tenha feito Gramsci afirmar em carta para sua cunhada “escrevi linhas suficiente para preencher 15 ou 20 volumes de 400 páginas cada, mas foram escritos para cada dia e, em minha opinião, deveriam morrer com o dia. [...] Para Piero, é uma outra história; tudo que ele escreveu em economia foi grandemente apreciado e deu lugar discussões profundas em periódicos especializados” (Gramsci-Schucht, 1997, p.790 apud Naldi, 2000, p.90).

Fica revelado desde o artigo 1925 que a lei de rendimentos decrescentes se contrapõe a exigência de *ceteris paribus* e de independência entre as curvas de oferta e demanda no escopo da análise de marshalliana. Além disso, no que tange às leis de rendimento crescentes, elas não poderiam ter origem em economias internas à firma, pois isso seria incompatível com as condições de concorrência perfeita supostas na teoria. Como o próprio Marshall já exclui a possibilidade teórica dos rendimentos crescentes terem origem em economias externas à indústria, em virtude de sua incompatibilidade com as condições do equilíbrio parcial, segundo Sraffa, “as únicas economias que poderiam ser tomadas em consideração seriam aquelas que ocupassem uma posição intermediária entre estes dois extremos, embora seja justamente neste meio-termo que nada, ou quase nada, será encontrado” (Sraffa, [1926] 1982, p.20).

Diante destes limites a conclusão é que não se pode utilizar esta teoria para a determinação de preços até porque ela só funcionaria para rendimentos constantes. Assim, “a maneira mais simples de abordar o problema do valor sob concorrência, a antiga e agora obsoleta teoria que o considera dependente apenas do custo de produção, continua sendo a melhor disponível” (Sraffa, [1926] 1982, p.22).

A importância dos argumentos de Sraffa ultrapassou as fronteiras da Itália, tanto que, em 1926, Keynes encomendou, para publicação no *Economic Journal*, uma versão mais compacta, em inglês, do artigo de 1925, que fora publicado apenas em italiano. Este segundo artigo, intitulado *Leis de Rendimento em Condições de Concorrência*, que agrega ainda uma formulação positiva para como tratar a questão dos rendimentos crescentes, criou um grande impacto em Cambridge, onde ainda se mantinha impávida a supremacia marshalliana, a despeito da existência de algumas inquietações ao redor. A grande originalidade e brilho da argumentação do autor forneceram subsídios suficientes para Keynes convidá-lo a participar da recém-criada *Lectureship in Economics*, para a qual foi indicado em outubro de 1927<sup>20</sup>.

A abordagem crítica de Sraffa à teoria do valor marshalliana iria levá-lo ao problema que tomaria conta da maior parte de sua pesquisa científica em toda a sua vida. Neste ponto, as discussões com Gramsci o teriam ajudado. Naldi afirma que “se as discussões com Gramsci influenciaram o desenvolvimento do pensamento econômico de Sraffa, esta influência deve ter contribuído para levar Sraffa a formular a distinção entre abordagens *objetiva* e *subjetiva* para a economia política” (Naldi, 2000, p. 92, grifos no original).

### **A mudança de perspectiva e a possibilidade de uma nova HPE**

No verão de 1927 Sraffa estava em Cambridge preparando suas aulas para dar o curso avançado de teoria do valor para o qual tinha sido convidado. O reconhecimento de uma diferença radical entre a abordagem clássica e a marginalista não estava posto nos idos da década dos 1920.

<sup>20</sup> Além disso, este tema motivou o Simpósio sobre a Firma Representativa (publicado no *Economic Journal* de 1930), em que Robertson tentou defender o construto marshalliano da firma representativa frente à crítica de Sraffa.

Ao contrário, a escola marshalliana, a dominante no período, negava explicitamente uma diferença fundamental entre elas. A formação em economia política na Itália não escapou a esta tradição, nem mesmo Piero Sraffa.

Como um homem do seu tempo, Sraffa compartilhava daquela visão, como demonstram suas primeiras notas de preparação do curso avançado de teoria do valor em Cambridge<sup>21</sup> e sua orientação à Gramsci, já na prisão, diante do pedido de livros de economia política e de finanças governamentais que pudessem introduzi-lo aos estudos mais detidos sobre tais temas. Sraffa envia ao amigo uma cópia dos livros que usava com seus estudantes na Universidade de Perugia: os *Princípios de Economia* de Alfred Marshall e *Lições de ciência da finança* de Luigi Einaudi.

No entanto, como nos revela Garegnani (2005) foi exatamente nos anos 1920 que Sraffa vivenciou sua transição interpretativa quanto à teoria do valor e da distribuição. Lendo os manuscritos do verão de 1927 podemos perceber o processo que leva ao ponto de mudança da posição teórica de Sraffa “e este ponto de mudança foi o que Sraffa acabou por encarar como a redescoberta da posição dos ‘antigos economistas clássicos’” (Garegnani, 2005, pp.453). Este movimento abriu o espaço no pensamento de Sraffa para a superação da interpretação marshalliana, por ele seguida até então, e que construía uma continuidade entre clássicos e marginalistas destacando a hipótese implícita nos clássicos de retornos constantes (custo constantes) como o principal aspecto superado e desenvolvido pelos marginalistas em sua nova síntese teórica.

Sraffa era um professor e um economista muito preocupado em esclarecer logicamente todos os passos de seu argumento. Para ele não havia a possibilidade de falar em público sobre temas que ainda não possuísse uma visão unitária e coerente logicamente. Sendo assim, construiu uma tarefa objetiva para si naquele curso, a qual pode ser mais bem especificada por ele mesmo em uma citação apresentada em Kurz (2006) retirada de um manuscrito datado de novembro de 1927, mesma época da preparação das aulas, intitulado ‘*Princípio*’:

“Eu devo começar por dar um pequeno resumo do que acredito ser a essência das teorias clássicas do valor, isto é, aquelas que incluem W. Petty, Cantillon, Fisiocratas, A. Smith, Ricardo e Marx. Esta não é a teoria de nenhum deles, mas um extrato daquilo que penso ser o que há de comum neles. Eu o apresentarei, é claro, não em suas próprias palavras, mas em terminologia moderna, o que será útil quando formos examinar suas teorias para compreender sua importância do ponto de vista de nossa pesquisa atual. Será uma espécie de ‘moldura’, uma máquina, na qual colocar suas afirmações em um padrão homogêneo, de forma a ser possível encontrar o que é comum a eles e qual a diferença em relação às teorias posteriores” (D3/12/4: 12 apud, Kurz, 2006, p.3)<sup>22</sup>.

Apesar de seu “*Princípio*” ser ambiciosamente crítico, seu ponto de partida era marshalliano e supunha que a análise baseada em oferta e demanda havia limpado as noções primitivas da teoria (que naquele momento ele atribuía aos clássicos, inclusive a Ricardo) e esclarecido que deveria haver sempre uma única e última causa do valor. Estas noções primitivas, afirmava, eram caracterizadas por uma visão filosófica em oposição à visão técnica e seu abandono estava em acordo com um esquema geral de progresso na ciência. O professor italiano acreditava naquele

<sup>21</sup> Sobre o tema ver Garegnani (2005), especialmente a seção II.

<sup>22</sup> Em virtude da mistura de línguas que aparece no original considere importante apresentar a citação conforme o texto do qual foi retirada “I shall begin by giving a short “estratto” of what I believe is the essence of the classical theories of value, i.e. of those which include W. Petty, Cantillon, Physiocrats, A. Smith, Ricardo and Marx. This is not the theory of any one of them, but an extract of what I think is common to them. I state it of course, not in their own words, but in modern terminology, and it will be useful when we proceed to examine their theories to understand their portata {bearing strength} from the point of view of our present inquiry. It will be a sort of “frame”, a machine, into which to fit their own statements in a homogeneous pattern, so as to be able to find what is common in them and what is the difference with the later theories.” (D3/12/4: 12 apud, Kurz, 2006, p.3).

momento que o conceito de equilíbrio cumpria o papel de “expurgar da análise econômica os elementos filosóficos externos” (Sraffa D3/12/3; A4.4.iv apud Garegnani, 2005, p.456) de duas formas: 1) ter fechado a antiga controvérsia entre a escola dos custos e a da utilidade, por ser compatível com ambas, e carregado de volta o debate de teoria do valor do campo da política para o campo da teoria econômica; e 2) colocou o foco da teoria na determinação dos preços efetivos das mercadorias e não nas causas do valor ou em estimar a riqueza das nações, ou ainda na distribuição.

Estas passagens de seus manuscritos de 1927, que Garegnani denominou de *pre-lectures*, revelam um Sraffa filosoficamente muito próximo daquele descrito por Gramsci, na carta de 1924, ou seja, alguém que ainda não havia conseguido liberar-se de todas as reminiscências ideológicas de sua formação intelectual democrático-liberal, normativa e kantiana.

Independentemente de seu corte filosófico, a seriedade de Sraffa sempre foi reconhecida por todos. Seguindo, então, o que identificou como procedimento fundamental, qual seja, obter uma teoria da distribuição separada da análise que determina os preços das mercadorias individuais, o cientista italiano se deparou com uma condição que precisava ser satisfeita para que esta separação efetivamente estivesse presente na teoria marshalliana. Tal condição era que ocorressem apenas pequenas variações na produção de cada mercadoria e que não usassem proporções significativas das dotações de fatores, de modo a não alterar os preços de fatores. Daí conclui que o raciocínio só poderia ser feito com uma mercadoria de cada vez. Mesmo que pudesse atingir a todas as mercadorias por meio da sucessão de determinações de preços, jamais poderia ser utilizado para todas ou várias mercadorias ao mesmo tempo.

Este limite para a independência da teoria marshalliana do valor em relação à da distribuição acendeu a centelha de dúvida que provocou o incêndio na sua formação democrática, liberal, normativa, kantiana e marginalista adquirida na faculdade de direito de Turim. Dos escombros salvou-se a questão: como determinar os valores e preços sob condições de concorrência de forma independente da distribuição sem recurso ao subjetivismo filosófico?

Para completar o rescaldo, Sraffa percebera na verdade era a teoria marshalliana que, apesar de ter tentado criar uma lei de retornos não proporcionais – incluindo retornos crescentes, constantes e decrescentes – em sua análise, precisava da hipótese de retornos constantes para atingir os resultados que pretendia. Porém, mesmo se aceitando a hipótese de retornos constantes como teoricamente razoável, um outro problema aparecia em seu objetivo inicial. Expurgar os elementos filosóficos da teoria significava também abrir mão de qualquer recurso à noção de utilidade para a determinação dos preços. O problema era que mesmo supondo que os preços de uma mercadoria fossem inteiramente determinados pelos gastos na produção, não seria possível determiná-los apenas a partir de seus custos reais, na medida em que dependeriam dos salários, rendas e lucros pagos para sua produção. Estas três grandezas são elementos da distribuição cujo valor depende de uma teoria geral do valor, que no caso marshalliano tem como base a utilidade. Assim, aquele princípio filosófico tão explicitamente excluído da determinação dos valores pelo caminho do custo real, apareceria de novo no raciocínio, sem a necessidade de fazer qualquer recurso à demanda. Enfim, parecia ao professor que o método de equilíbrio parcial não lhe serviria como a tão magnífica síntese da teoria do valor baseada nos custos ou na utilidade, como esperava quando iniciara seus estudos para a preparação das aulas. Não seria, então, por meio da teoria marshalliana, mesmo supondo retornos constantes, que seria capaz de livrar a teoria econômica do subjetivismo.

Tantas dúvidas acabaram compelindo o professor italiano a solicitar ao *General Board* da Universidade de Cambridge dois adiamentos consecutivos para o início do curso, o primeiro para o período seguinte e o segundo para o ano acadêmico seguinte. Sraffa conseguiu autorização para os adiamentos, mas seus problemas só aumentaram. Sua intenção era apresentar a teoria do valor de maneira histórica e para isso buscou estudar o pensamento econômico de William Petty, dos Fisiocratas, de Adam Smith, de David Ricardo e de Marx examinando como o significado da sua teoria do valor mudou sob a influência de Nassau Senior, John Stuart Mill e Jean-Batist Say, para finalmente tomar um rumo totalmente diverso pelas mãos da Escola Austríaca e Wicksteed. Todos

os seus problemas e dúvidas derivaram deste estudo e foi com ele que enfrentou a tarefa não mais passível de adiamento de lecionar sobre aquele tema.

O curso avançado de teoria do valor ministrado por Sraffa trazia em si uma mudança de perspectiva quanto à história do pensamento econômico em relação à tradição Marshalliana. O critério no qual Sraffa passara a confiar para separar clássicos de marginalistas não era mais, como Marshall apontava, a hipótese de retornos constantes. Agora Sraffa estava convencido de que a questão que diferenciava as abordagens passava pelas noções de custo físico real e custo subjetivo real e/ou utilidade como elementos fundamentais de teorias do valor diferenciadas. Sraffa afirma, em uma passagem do manuscrito sob o título de *Evolução do conceito de custo*, que “a tendência [da evolução do conceito de custo] tem sido a de custo deixar de significar os meios necessários para possibilitar a produção a ser feita, para significar o incentivo requerido para induzir alguém a superar o sacrifício envolvido na produção” (Sraffa D3/12/4: A5.6. apud Garegnani, 2005, pp.475-476, grifos no original). Nesta passagem fica evidenciada a diferença que ele buscava marcar, qual seja, a evolução do conceito de custo teria sido no sentido de abandonar a noção de meios objetivamente necessários à produção, optando-se por supor o custo como incentivos subjetivamente requeridos para induzir à oferta daqueles meios.

Superando esta noção de evolução do conceito de custo Sraffa se encaminha para uma visão mais radical na qual afirma que o conceito de custo subjetivo e/ou utilidade como referências últimas do valor é uma violação da tradição da Economia Política. Em sua concepção aquele novo conceito significava a destruição da Economia Política Clássica e a proposta de sua substituição por um “cálculo de prazer e dor”, como já proposto pela filosofia liberal benthamita.

Talvez praticando um pouco de autocritica Sraffa apresenta a leitura de que:

“quando os Jevonianos escreveram sua própria história, haviam encontrado com orgulho (deveria ter sido com desespero) nenhum antecessor entre os economistas políticos, os seus antecessores haviam sido principalmente dois ou três mal humorados, o engenheiro Dupuit, o matemático Cournot e o funcionário público prussiano Gossen, que cultivaram economia Política como hobby.

Eles não tinham o menor conhecimento dos trabalhos dos economistas Clássicos. Eles desenvolveram isso a partir de sua imaginação. De fato, nenhum economista político competente, com consciência de sua tradição, teria considerado seguir estas visões” (Sraffa D3/12/4; A5.2.i apud Garegnani, 2005 p.476).

Assim, finalmente Sraffa começa a tratar os economistas clássicos e os economistas marginalistas como representantes de duas abordagens alternativas para o valor e vai afirmar em seu curso que existia uma inconsistência fundamental na tentativa de conciliação de Marshall. A união da noção de utilidade com uma noção de custo na forma de esforços e sacrifícios, formando uma teoria em que ambas se igualariam no equilíbrio não era uma construção consistente. A afirmação de Sraffa vinha de que a noção de custo teria origem na economia política clássica e tinha um outro fundamento, nada subjetivo, referido a meios materiais de produção e à subsistência dos trabalhadores. Estes custos jamais seriam comparáveis ou redutíveis ao padrão da utilidade como referência de valor. Para poder medir utilidade e custo em um mesmo sistema Marshall foi obrigado a transformar o custo em algo subjetivo, uma espécie de utilidade negativa por se abrir mão dos recursos para seu uso no processo produtivo. Como já destacamos, Sraffa considerou que isso era uma “quebra de votos” em relação à tradição da economia política clássica e não uma síntese.

Abriu-se, então, o caminho de pesquisa que Sraffa perseguira durante, pelo menos, as três décadas seguintes. A construção de uma visão teórica que respondesse a questão do valor de forma independente da distribuição e que tivesse como referência uma concepção objetiva do valor.

De 1928 a 1931 Sraffa lecionou as *Lectures on advanced theory of value* sem jamais ter conseguido concluir satisfatoriamente o raciocínio a que tinha se proposto. O desprazer que sentia em lecionar sobre aquele tema inconcluso era tão grande que pensou em desistir da experiência. Além disso, considerava que a vida em Cambridge o estava tornando fraco, aquebrantava seu caráter por sua falta de realidade<sup>23</sup>.

### A definição do projeto intelectual de Sraffa e a HPE

Como Sraffa já tinha se tornado alguém fundamental na pesquisa e nos debates em curso na Universidade de Cambridge e a Itália de 1931 não era o melhor lugar para um judeu e comunista<sup>24</sup>, Keynes e todo o Conselho da Faculdade de Economia e Política estavam muito relutantes em deixá-lo ir. Keynes ofereceu uma série de atividades para conquistar o interesse do jovem italiano. Naquele mesmo ano, Sraffa foi atraído tanto pela indicação para o cargo de Bibliotecário Responsável da *Marshall Library*, como também, e principalmente, pela decisão da *Royal Society* em contratá-lo como responsável pela edição das obras completas de David Ricardo. Além dessas atividades, dois anos depois, foi criado o cargo de Diretor Assistente de Pesquisa exatamente para ser preenchido por ele, que passou a coordenar seminários para pesquisadores.

Podemos afirmar que os anos de Sraffa em Cambridge definiram, teoricamente, duas principais vertentes em seu trabalho. A primeira seria a crítica dos fundamentos básicos da teoria marginalista, que havia se tornado dominante desde a década de 1870. Ao mesmo tempo, na linha do trabalho de Marx em *Teorias da Mais-Valia*, sua segunda vertente de pesquisa buscou trazer à tona, esclarecendo, reconstruindo e desenvolvendo a abordagem teórica clássica iniciada com William Petty e com os fisiocratas franceses e terminada com David Ricardo.

Em seu trabalho crítico da teoria marginalista continuou sempre escolhendo teóricos respeitados como seus oponentes, apesar de ter publicado muito pouco sobre o tema. O artigo exemplar desta linha de seu projeto intelectual é uma devastadora resenha crítica publicada em 1932, no *Economic Journal*, sobre o influente trabalho de Hayek, *Prices and Production*. Seu texto inicia:

“Lidar com a teoria monetária, desde sua história doutrinária até suas inevitáveis propostas práticas, tangenciando algumas das partes mais confusas do assunto, e tudo isto em quatro aulas, deve ter sido um feito de dedicação tanto da parte dos alunos quando da parte do professor. Por mais que suas conclusões sejam peculiares e provavelmente originais, existe um aspecto em que as aulas colecionadas neste volume representam totalmente a tradição que autores modernos, que escrevem sobre moeda, estão rapidamente estabelecendo: a da ininteligibilidade” (Sraffa, 1932, p.42).

O tom crítico e ácido permanece durante todo o artigo e seu impacto na academia, que assistia uma interessante controvérsia em teoria monetária entre Keynes e Hayek, foi o de criar um abalo definitivo na posição de destaque que o trabalho de Hayek estava obtendo na discussão teórica do período.

<sup>23</sup> Em carta de Keynes para sua esposa Lidia, o economista inglês se refere a Sraffa em 1935 da seguinte forma “Piero ainda dá trabalho e ainda não fez sua cabeça; ele pensa que a vida em Cambridge está solapando sua fibra moral e que ele tem que se jogar novamente no duro mundo real!” (Carta de Keynes para Lidia, 10 de março de 1935, Keynes Papers: PP/45/190/7/31-2 apud Marcuzzo, p. 10).

<sup>24</sup> Um importante dado de realidade para esta noção foi o fato de que em 1º de novembro de 1931 uma nova legislação requeria que os professores das universidades italianas jurassem lealdade ao fascismo. Diante disso Sraffa renunciou à sua cadeira de economia política na Universidade de Cagliari, deixando o sistema universitário italiano definitivamente.

*Dr. Hayek sobre moeda e capital* (Sraffa, 1932) desconstrói a concepção de hayekiana que atribuía todo e qualquer desequilíbrio ou fenômeno cíclico a fatores monetários, evidenciando que tal visão obrigatoriamente tomava como dada a existência, na economia em termos reais, de uma tendência inerente e inevitável em direção ao equilíbrio. Esta crítica de Sraffa revelava um aspecto importante de sua concepção acerca do pensamento monetário marginalista: sua total despreocupação em conectar-se com os fenômenos reais.

Após 1932 Sraffa não publicou nenhuma linha de trabalho acadêmico até a edição dos *Works and Correspondence of David Ricardo*, cujo primeiro volume fora publicado em 1951. No que tange ao seu trabalho de retomada do pensamento clássico, o trabalho de Sraffa em organizar e publicar o *Works and Correspondence of David Ricardo* tem um papel determinante, pois foi neste período em que desenvolveu e aprofundou seu estudo nesta área. A edição das obras completas de Ricardo foi iniciada no final dos anos 1920, só terminando nos anos 1970. Sraffa buscou cada detalhe de material remanescente sobre a vida e o trabalho de Ricardo e organizou tudo com habilidade quase artística, procurando nunca prejudicar sua autenticidade ou seu contexto. Os volumes de *Works and Correspondence* são acompanhados de introduções editoriais que vão muito além do trabalho de contextualizar e apresentar os temas tratados naquelas páginas, apresentando questões importantes e inovadoras sobre a estrutura da obra de Ricardo.

Segundo Bharadwaj (1989), a introdução editorial aos *Princípios de Economia Política e Tributação* é trabalho em que a genialidade de Sraffa aparece. A economista indiana descreve o trabalho de Sraffa afirmando que com sua agilidade e sutileza lógica desnudara os fundamentos da estrutura analítica que embebiavam a teoria do valor e distribuição de Ricardo. Além disso, afirma que é naquela introdução que é evidenciado o desenvolvimento lógico da visão excedentária do lucro. Na sua concepção, tal visão emerge no modelo primitivo do trigo e se desenvolve incorporando “as complexidades do problema do capital encontrado por Ricardo em suas tentativas de generalizar uma explicação do lucro baseada no excedente” (Bharadwaj, 1989, p.317).

Foi também durante estes longos anos de compilação de material para as obras completas de Ricardo, elaborando uma interpretação definitiva e dando significado ao material encontrado, que Sraffa trabalhou em sua própria reconstrução da economia política clássica. Assim, a pesquisa de Sraffa na organização das obras completas de Ricardo consolidou seu modo de pensar a história do pensamento econômico, sendo, ao mesmo tempo, um exemplo concreto do que considerava ser este tipo de trabalho.

A expressão da síntese das duas principais vertentes do seu projeto intelectual veio a tona em 1960. Combinando este esforço com sua análise crítica sobre a teoria marginalista, Sraffa publicou, naquele ano, *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*, com o subtítulo *Prelúdio à Crítica da Teoria Econômica*.

Novamente as idéias de Sraffa, contidas naquele livro, tiveram grande impacto sobre a discussão teórica da época. O debate sobre capital já estava ocorrendo desde meados dos anos 50, porém seu espraiamento para o âmbito da teoria da distribuição apareceu apenas após a publicação de *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*. O calor adicionado às discussões foi tão forte que motivou o *Simpósio sobre Paradoxos na Teoria do Capital* (publicado no *Quarterly Journal of Economics*, 1966), no qual vários autores defendiam a crítica de Sraffa ao tratamento do capital na teoria marginalista, frente à afirmação de David Levhari sobre a impossibilidade de retorno das técnicas<sup>25</sup> (fenômeno discutido por Sraffa em seu livro como uma limitação óbvia da explicação marginalista sobre o lucro).

O livro de 1960 foi o coramento do esforço de décadas iniciado em 1927. Nenhuma palavra

<sup>25</sup> Fenômeno identificado por Sraffa no corpo da estrutura analítica da teoria marginalista sobre o capital que questiona a possibilidade de estabelecer uma relação inversa entre quantidade de capital e taxa de juros/lucro. Este fenômeno indica a possibilidade de técnicas inicialmente consideradas mais rentáveis sob taxas de juros mais altas, deixarem de ser viáveis, conforme a queda na taxa de juros, e voltarem novamente a serem viáveis para aplicação diante de uma queda ainda maior na taxa de juros.

foi colocada ou retirada daquela obra sem uma longa reflexão. A referência à crítica em seu subtítulo é uma alusão a um predecessor muito famoso no século XIX, o mesmo cujo nome foi retirado de seu prefácio, após sucessivas versões, em que estava explícito: Karl Marx. Tal decisão refletia o fato de que sua discussão, seu problema central era com a visão de Marshall e o caminho de continuidade entre clássicos e marginalistas proposto por ele. Marx nunca foi incluído nesta trajetória de continuidade, pois Marshall jamais o considerou como parte do processo de evolução da teoria econômica que pretendia descrever. Para Sraffa não faria sentido incluir Marx no debate naquele momento. Os esclarecimentos que Sraffa pretendia fazer e os abalos que queria causar eram exatamente na visão de que criticar a teoria econômica<sup>26</sup>, em sua versão marginalista, poderia significar o fim da ciência econômica. De seu ponto de vista, era fundamental criticar a versão marginalista da teoria econômica para ser possível limpar o terreno teórico no qual os desenvolvimentos científicos em economia retomariam a visão clássica do valor e da distribuição como ponto de partida. Neste projeto Sraffa considerava o trabalho de história do pensamento econômico de Marx uma inspiração e um aliado.

O cientista italiano estava convencido de que havia chegado finalmente, e de maneira simultânea, à construção de uma base para crítica à teoria marginalista e a uma proposta de reconstrução da economia política, tomando como base o ponto de partida dos economistas políticos clássicos. Por isso, adianta em seu Prefácio que “a investigação ocupa-se exclusivamente daquelas propriedades de um sistema econômico que não dependem de variações na escala de produção ou nas proporções dos ‘fatores’ ”(Sraffa, 1960, p.175), ou seja, o campo exato em que não haveria condições de se extrair qualquer margem, portanto não seria possível ter como referência qualquer formulação marginalista.

Um marginalista desatento poderia considerar esta afirmação uma alento, afinal Sraffa estaria tratando exatamente daquilo que estaria fora do escopo proposto pelo marginalismo. O único problema para os marginalistas é que o campo ao qual Sraffa se referia, o âmbito em que estava se dispondo a contribuir com sua investigação era exatamente o que todo e qualquer teórico de economia reconheceria como núcleo teórico da ciência econômica: a teoria do valor e da distribuição.

Assim, podemos começar a esboçar a nossa incômoda questão: porque todo o controverso e profundo trabalho de Sraffa, apresentado sumariamente ao longo deste texto, vem sendo excluído dos principais debates de HPE?

Nosso estudo nos permitiu identificar o grau de destruição que o trabalho de Sraffa causou às bases da teoria marginalista, seu esforço e sucesso em retomar a análise clássica como base para uma formulação para o núcleo teórico da economia e somou a isso uma visão de mundo socialista e crítica do *status quo*. Assim, podemos nos perguntar: seria possível continuar a ensinar e produzir nos termos da economia marginalista se o debate sraffiano fosse sistematicamente apresentado e discutido entre os economistas?

Correndo o risco da repetição prefiro recorrer a visão clara do próprio autor, já mencionada anteriormente, de que as explicações para as mudanças nas teorias hegemônicas, particularmente em economia, podem não se basear na força lógica/analítica da própria teoria, mas e talvez principalmente, nas variações das condições sócio-históricas que levam à alimentação de certas visões com respeito ao funcionamento da sociedade. Assim, explicita-se que o medo da crítica à teoria econômica, em sua versão marginalista, não se referia efetivamente a um possível fim da ciência econômica, mas ao fim de uma forma consolidada de ver o funcionamento da sociedade que refletiria uma visão de mundo muito diferente daquela comungada por Sraffa.

## Conclusão:

<sup>26</sup> Fica razoavelmente claro no Prefácio de *Produção de mercadorias por meio de mercadorias* que a teoria econômica a que Sraffa se refere como referência crítica é aquela marginalista.



Este texto busca recuperar o caminho de formação do pensamento de Sraffa utilizando como método aquele desenvolvido pelo próprio autor no tratamento da HPE. Tal caminho explicita simultaneamente a concepção de que a HPE é a história da teoria econômica, bem como sua necessária formulação em um espaço histórico-político de referência. Assim, revelando que a hegemonia de determinadas formas de pensar e o silêncio em torno de sua crítica tem um significado histórico-político muito mais relevante que o exclusivamente lógico-analítico. Como na concepção madura de Sraffa a HPE é o espaço de síntese da história, da política e da filosofia seu método deixa em evidência os motivos pelos quais suas questões não respondidas são evitadas de serem feitas.

O conjunto da obra de Sraffa traz uma crítica detalhada e logicamente organizada aos fundamentos da teoria marginalista que desestrutura, solapando as bases, todo o edifício teórico desta abordagem. Ao mesmo tempo apresenta uma proposta positiva de retomada da economia política clássica, acompanhada por uma solução do problema do valor. Se existe uma obra crítica completa com uma proposta teórica substitutiva ao arcabouço analítico marginalista, esta foi feita por Sraffa. Tal elaboração teórico-crítica foi realizada totalmente nas barbas de seu opositor: dentro da *Marshall Library* na Universidade de Cambridge.

Como todo autor iconoclasta e polêmico, porém, foi silenciado pelo poder do *status quo* da academia. Não existe nenhuma proposta mais destruidora que a contida na inocente frase: “se esta teoria tem problemas, porque não abandoná-la e substituí-la por esta outra que não os possui?”. Foi isto que Sraffa propôs. Por isto foi marginalizado. Por isto foi excluído do *curriculum* dos estudantes de economia e por este mesmo motivo merece ser retomado.

### **Bibliografia:**

- ANDREWS, David (1996); Nothing is hidden: a Wittgensteinian interpretation of Sraffa in Cambridge Journal of economics, nº 6, Volume 20, p.763-777.
- AULETTA, Francesco (2010); Piero Sraffa e Antonio Gramsci: L'Ordine Nuovo e as lutas operárias na Inglaterra e na América, in Aggio, Alberto, Henriques, Sergio Luis e Vacca, Giuseppe (Orgs.), Gramsci no seu tempo, Contraponto, p.115-142
- BHARADWAJ, Krishna (1989), Piero Sraffa: The Man and the Scholar- A Tribute in BHARADWAJ, Krishna, Themes in Value and Distribution: classical theory reappraised, London: Unwin Hyman, 1989, pp.298-324.
- COUTINHO, Carlos Nelson (1999), Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político, Civilização Brasileira, 2ª edição, 2003.
- COZZI, Terenzio e MARCHIONATTI, Roberto (2001), Piero Sraffa's Political Economy: a centenary estimate, London: Routledge, 2001
- FAUSTINI, Luciano (1998), Intelletti in dialogo: Antonio Gramsci e Piero Sraffa, Fondazione Guido Piccini- La Piccola Editrice, 1998.
- FERRATA, Giansiro (1978), An Argument with Gramsci in 1924 in New Left Review , nº112, novembro/dezembro 1978, pp.67- 71.
- GAREGNANI, Pierangelo (1978), Sraffa's revival of Marxist Economic Theory (an interview) in New Left Review , nº112, novembro/dezembro 1978, pp.71-75.
- \_\_\_\_\_ (2005), On a turning point in Sraffa's theoretical and interpretative position in the late 1920's in European Journal of History of Economic Thought, Vol. 12, nº3, pp.453-492, Setembro 2005.
- KALDOR, Nicholas (1984); Piero Sraffa; in The Cambridge Journal of Economics, nº 8, vol. 1, pp. 1-5.

- KURZ, Heinz (2000), *Critical Essays on Piero Sraffa's Legacy in Economics*, Cambridge University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_ (2006), The agents of production are the commodities themselves on the classical theory of production distribution and Value in *Structural Change and Economic Dynamics*, Vol. 17, nº1, 2006, Elsevier. pp.1-26.
- LUNGHINI, Giorgio (1994), Gramsci critico dell'economia política in *GRAMSCI*, Antonio, Scritti di economia política, Universale Bollati Boringhieri, 1994.
- MARCUZZO, Maria Cristina (2005), Piero Sraffa at the University of Cambridge in *European History of Economic Thought*, Taylor and Francis Journals, vol. 12, nº 3, pp. 425-452, Setembro, 2005.
- MARION, Mathieu (2005), Sraffa and Wittgenstein: Physicalism and Constructivism in *Review of Political Economy*, Vol. 17, nº 3, pp.381-406, julho 2005.
- McGUINNESS, Brian (1982), *Wittgenstein and his times*, Oxford: Blackwell, 1982.
- MONK, Ray (1991), *Ludwig Wittgenstein: The Duty of a Genius*, London:Vintage, 1991.
- NALDI, Nerio (2000), The friendship between Piero Sraffa and Antonio Gramsci in the years 1919-1927, in *European Journal of History of Economic Thought*, Vol 7, nº1, pp.79-114.
- NAPOLEONI, Claudio (1978), Sraffa's "Tabula Rasa" in *New Left Review*, nº112, novembro/dezembro 1978, pp.75-78.
- NAPOLITANO, Giorgio (1978), Our Debt to Sraffa in *New Left Review*, nº112, novembro/dezembro 1978, pp.65-67.
- \_\_\_\_\_ (2005), Sraffa and Gramsci: a recollection in *Review of Political Economy*, Vol. 17, nº 3, pp.407-412, julho 2005.
- PASINETTI, Luigi (1985), Piero Sraffa (1898-1983): breve saggio bio-bibliografico in *Economia Política: Rivista di teoria e analisi*, Bologna, 2º ano, nº3, 1985 pp.333-342.
- PIVETTI, Massimo (2000), *Piero Sraffa*, Roma: Carocci Editore, 2000.
- POTIER, Jean-Pierre (1987), *Piero Sraffa – Unorthodox economist (1898-1983)*, Routledge, 1991
- RANCHETTI, Fabio (1978), Keynes, Sraffa and Capitalist Crisis in *New Left Review*, nº112, novembro/dezembro 1978, pp.78-80.
- RONCAGLIA, Alessandro (1978), The "Rediscovery of Ricardo" in *New Left Review*, nº112, novembro/dezembro 1978, pp.80-82.
- SALVATORI, Neri Salvatori (Issue Editor) (2005), *Review of Political Economy*, Vol.17, nº 3, Julho 2005.
- SEN, Amartya (2003), Sraffa, Wittgenstein and Gramsci in *Journal of Economic Literature*, Vol.41, nº 4, dezembro 2003, pp.1240-1255.
- SINHA, Ajit (2009) Sraffa and the latter Wittgenstein in *Contributions to Political Economy*, nº 1, vol.28, p 47-69.
- SRAFFA, Piero (1920) *L'inflazione monetária in Italia durante e dopo la guerra*, Milano:Scuola tipografica salesiana (reimpresso em *Economia Política*, 1994, nº11, p.163-196);
- \_\_\_\_\_ (1921a) Open Shop Drive, in *L'ordine Nuovo*, 2ª série, 5 de julho de 1921, p.3.
- \_\_\_\_\_ (1921b) Industriali e governo inglese contro i lavoratori', *L'Ordine Nuovo*, 2ª série, 24 de julho de 1921, p. 3.
- \_\_\_\_\_ (1921c) 'I"Labour leaders"', *L'Ordine Nuovo*, 2ª série, 4 de agosto de 1921, pp. 1-2.
- \_\_\_\_\_ (1922a), The bank crisis in Italy, in *Economic Journal*, vol.32, nº126, p.178-197.
- \_\_\_\_\_ (1922b), L'attuale situazione delle banche italiane, in *Manchester Guardian Weekly Supplement: The reconstruction of Europe* (7 de dezembro), pp.694-695.
- \_\_\_\_\_ (1925), Sulle relazioni fra costo e quantità prodotta, *Annali di economia*, Università Luigi Bocconi, nº 2, p.277-328.
- \_\_\_\_\_ (1926), The laws of returns under competitive conditions, in *Economic Journal*, vol.36, nº144, p.535-550. Uma versão em português foi publicada em *Literatura Econômica* Vol. 4, nº1, 1982, p.13-34.

- \_\_\_\_\_ (1930), A criticism, e A rejoinder in Symposium on Increasing returns and the representative firm, in *Economic Journal*, vol. 40, nº 157, p.89-93.
- \_\_\_\_\_ (1932), Dr. Hayek on money and capital, in *Economic Journal*, vol.42, nº 165, p.42-53.
- \_\_\_\_\_ (1932), A rejoinder, in *Economic Journal*, vol.42, nº 166, p.249-251.
- \_\_\_\_\_ (1951) 'General Preface' and 'Introduction', in David Ricardo, *On the Principles of Political Economy and Taxation, The Works and Correspondence*, Cambridge: Cambridge University press, Vol. I, 1951, pp. vii-xi and xiii-lxii.
- \_\_\_\_\_ (1955) 'Addenda to the Memoir of Ricardo', 'Ricardo in Business', 'A Survey of Ricardo Manuscripts', in David Ricardo: *Biographical Miscellany, The Works and Correspondence*, Cambridge: Cambridge University Press, Vol. X, 1955, pp. 16-64, 65-106 and 386-92.
- \_\_\_\_\_ (1960) *Production of Commodities by Means of Commodities: Prelude to a Critique of Economic Theory*, Cambridge: Cambridge University Press, 1960; Edição Italiana, *Produzione di merci a mezzo di merci: Premesse a una critica della teoria economica*, Turin: Einaudi, 1960. edição brasileira, *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*, Coleção Os Economista, Nova Cultural, 1985.
- \_\_\_\_\_ (1962) 'Production of Commodities: a Comment', *Economic Journal*, Vol. 72, Junho 1962, pp. 477-479.
- \_\_\_\_\_ (1986), *Saggi, Collezioni di testi e di studi: Economia*, Il Mulino.
- SRAFFA, Piero e GRAMSCI, Antonio (1924); Problemi di oggi e di domain in *L'ordine Nuovo*, nº 3-4, 3ª série, 1-15 de abril de 1924, p.4.
- TOLIPAN, Ricardo e GUIMARÃES, Eduardo Augusto (1982); Uma nota introdutória ao artigo, "As leis dos rendimentos sob condições de concorrência" de Piero Sraffa, in *Literatura Econômica*, vol 4. nº1, pp.5-12, IPEA.
- TOLIPAN, Ricardo (2002), Anotações sobre a história do pensamento econômico in *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, Vol. 6 nº1, pp.147-165, jan./jun. 2002.
- \_\_\_\_\_ (1990), *A Ironia na História do Pensamento Econômico*, INPES/IPEA, 1990, Série PNPE-23.